

## I - RESULTADO FISCAL DO TESOURO NACIONAL

Em fevereiro/98, o Tesouro Nacional obteve um resultado primário positivo de R\$ 236,5 milhões, contra um superávit de R\$ 564,0 milhões, em janeiro/98, e de R\$ 663,4 milhões, no mesmo mês do exercício anterior. No acumulado do ano, o superávit primário ficou em R\$ 800,5 milhões (0,6% do PIB), contra um déficit de R\$ 464,2 milhões (0,4% do PIB) em igual período de 1997.

<b>NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO TESOURO NACIONAL (*)</b>					
Em R\$ milhões	1997	1998		1997	1998
	FEV	JAN	FEV	JAN-FEV	JAN-FEV
<b>I - RECEITA TOTAL</b>	<b>8.346,5</b>	<b>11.736,6</b>	<b>9.686,4</b>	<b>17.174,9</b>	<b>21.423,0</b>
I.1. Administrada pela SRF	7.691,1	11.230,5	9.293,9	15.766,6	20.524,5
I.2. Restituições (-)	-75,3	-83,9	-81,3	-107,7	-165,2
I.3. Diretamente Arrecadada	513,6	559,6	384,2	1.049,5	943,8
I.4. Demais	271,4	157,9	169,8	564,7	327,7
I.5. Incentivos Fiscais	-54,3	-127,5	-80,3	-98,1	-207,8
<b>II - DESPESA TOTAL</b>	<b>7.683,1</b>	<b>11.172,7</b>	<b>9.449,8</b>	<b>17.639,0</b>	<b>20.622,5</b>
<b>II.1. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>1.825,2</b>	<b>2.659,6</b>	<b>1.999,1</b>	<b>4.219,7</b>	<b>4.658,7</b>
<b>II.2. DESPESAS DA ADM.FEDERAL</b>	<b>5.748,5</b>	<b>8.309,8</b>	<b>7.261,6</b>	<b>13.137,2</b>	<b>15.571,5</b>
II.2.1. Pessoal e Encargos	3.257,6	4.338,5	3.561,0	7.059,6	7.899,5
II.2.2. Despesas de Custeio e Capital	2.490,9	3.971,4	3.700,6	6.077,6	7.672,0
II.2.2.1 - Abono e Seguro Desemprego	190,3	275,4	413,5	636,0	688,9
II.2.2.2 - Desapropriação de Terra Para Reforma Agrária	32,9	1,9	24,6	70,1	26,5
II.2.2.3 - Outras Despesas de Custeio e de Capital	2.267,7	3.694,1	3.262,5	5.371,5	6.956,5
<b>II.3. SUBSÍDIOS</b>	<b>109,4</b>	<b>203,2</b>	<b>189,1</b>	<b>282,1</b>	<b>392,3</b>
II.3.1. Operações Oficiais de Crédito	109,4	164,2	126,6	282,1	290,8
II.3.2. Fundos Regionais	...	39,0	62,5	0,0	101,5
<b>III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)</b>	<b>663,4</b>	<b>564,0</b>	<b>236,5</b>	<b>-464,2</b>	<b>800,5</b>
<b>IV - RESULTADO PRIMÁRIO / PIB</b>				<b>-0,4%</b>	<b>0,6%</b>

(\*) Governo Federal exceto arrecadação própria, benefícios pagos pelo INSS e BACEN.

O superávit primário de fevereiro/98 decorre da diferença entre uma arrecadação total de R\$ 9,7 bilhões e uma despesa de R\$ 9,4 bilhões, medida pelo critério do pagamento efetivo (ótica de caixa).

A arrecadação de receita administrada pela Secretaria da Receita Federal, líquida de restituições, apresentou crescimento nominal de 21% relativamente à arrecadação verificada em fevereiro de 1997. O principal fator a contribuir para tal comportamento foi a alteração introduzida pela Lei nº. 9.532/97 que gerou uma receita de R\$ 530 milhões, sem paralelo em fevereiro de 1997. Também apresentou comportamento positivo a arrecadação do IPI-Bebidas, em função do aumento de vendas e do reajuste no valor do imposto (AD SRF nº. 04/97), do IRPJ e da CSLL, devido à antecipação, por parte das empresas, do pagamento da cota relativa à Declaração de Ajuste (Ano Calendário 1997), com destaque para o expressivo aumento na arrecadação das entidades financeiras.

Em relação a janeiro deste ano, a receita líquida administrada apresentou queda de 17,3%. Além dos eventos sazonais, como o fato da arrecadação de janeiro refletir as vendas de dezembro (reflexos positivos sobre a arrecadação da COFINS, do PIS/PASEP e da CSLL), bem como a concentração do pagamento do adicional de férias (elevação na arrecadação da CPSS e do IRRF-Rendimento do Trabalho), a menor arrecadação verificada em fevereiro pode ser explicada pelos seguintes fatores: i) receita da tributação dos fundos de renda fixa (Lei nº. 9.532/97) muito mais expressiva em janeiro (R\$ 1.054 milhões, contra R\$ 530 milhões em fevereiro), em razão da concentração de aplicações com aniversário naquele mês e aplicações sem data de vencimento que foram consideradas, para efeito de tributação, como vencidas em janeiro; ii) pagamento da primeira cota, em janeiro, pelas empresas que efetuaram apuração trimestral (R\$ 334 milhões, contra R\$ 88 milhões em fevereiro); iii) maior arrecadação da CPMF em janeiro em função de cinco semanas de fato gerador, contra quatro em fevereiro, além do maior volume de aplicações no mercado financeiro; e iv) maior arrecadação de IRRF-Rendimentos do Capital relativo a rendimentos de juros remuneratórios do capital próprio (R\$ 520 milhões em janeiro, contra apenas R\$ 26 milhões em fevereiro).

A receita própria da administração direta e indireta totalizou R\$ 384,2 milhões, sendo R\$ 226,6 milhões (59%) referentes ao salário-educação. Importante lembrar que as demais receitas das administrações direta e indireta são constituídas por tarifas, contribuições, recebimentos por prestação de serviços, aluguéis e demais receitas parafiscais recolhidas diretamente aos vários órgãos da administração pública.

Pelo lado da despesa, observa-se um crescimento total de 21,7% em relação ao mesmo mês do ano passado, derivado dos seguintes fatores: (i) crescimento das transferências a estados e municípios, por conta da Lei Complementar 87/96, em função das mudanças nas regras de cálculo desse repasse e ao adiantamento de R\$ 186,2 milhões, concedido no mês de fevereiro/98; (ii) crescimento dos pagamentos de abono e seguro desemprego; e (iii) aumento das outras despesas de custeio, com ênfase para Saúde, (24,1%), Educação (51,5%) e LOAS (70,8%).

O crescimento da folha de pessoal e encargos pode ser explicado pelo aumento dos repasses aos poderes legislativo e judiciário, por conta de pagamentos de decisões judiciais e administrativas, além de reajustes salariais determinados pelo plano de carreira do judiciário e do reajuste da gratificação concedida aos militares.

Se comparada com o mês anterior, a despesa total caiu 15,9%, devido ao menor gasto com pagamento de pessoal e outras despesas de custeio e capital. A queda de 17,9% com pessoal reflete o efeito sazonal do primeiro mês do ano, onde se concentram os pagamentos de férias e parcela do 13º salário.

Os subsídios à agricultura e às exportações nacionais das operações oficiais de crédito somaram R\$ 76,6 milhões. Deste total, R\$ 33,8 milhões referem-se às operações de Aquisições do Governo federal - AGF, utilizadas para compra de feijão, sisal, trigo e para fazer face às despesas com a

manutenção de estoques governamentais de produtos agrícolas. Adicionalmente, foram vendidos R\$ 51,8 milhões dos estoques de AGF, resultando em uma receita líquida no mês de R\$ 18,0 milhões.

Foram liberados, também, R\$ 26,9 milhões para o Custeio Agropecuário, R\$ 2,0 milhões para operações de EGF e R\$ 24,4 milhões para empréstimos de custeio e investimento, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Nessa despesa, inclui-se àquela referente à equalização dos investimento do BNDES, da ordem de R\$ 13,8 milhões. Além disso, foram liberados R\$ 50,0 milhões para o programa de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários.

O Programa de Financiamento à Exportações - PROEX concedeu, no mês, financiamentos a diversos exportadores, efetuando despesas com equalização de taxas no montante de R\$ 41,4 milhões.

## II - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL: fevereiro e março

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado foi de 12,6% do PIB, no mês de fevereiro, e de 12,4% do PIB, em março. Os principais fatores que explicam essa performance são: (i) o crescimento da DPMF em mercado, como reflexo do maior volume de emissões de LTN a partir do segundo mês do ano; (ii) o aumento dos haveres contratuais relativos ao refinanciamento da dívida dos estados (Lei n. 9496/97); e (iii) as colocações novas de bônus da dívida externa na moeda ECU e de *Global Bonds*.

Ressalte-se que, a partir de janeiro/98, a STN passou a divulgar a dívida líquida do Tesouro Nacional incorporando à sua abrangência as dívidas e disponibilidades financeiras dos órgãos da administração direta, inclusive fundos, além das autarquias e fundações, de forma a torná-la compatível com as Necessidades de Financiamento. Para compor essas informações, foram extraídos do SIAFI - Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - os saldos dos passivos e haveres financeiros dessas entidades, dispostos de acordo com o Plano de Contas da Administração Pública Federal. Portanto, estas informações ainda estão sujeitas a revisão posterior.

<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>			
<b>EM PODER DO MERCADO</b>			
<b>SALDOS EM R\$ MILHOES</b>	<b>1998</b>	<b>1998</b>	<b>1998</b>
	<b>JAN</b>	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>36.928</b>	<b>39.377</b>	<b>37.961</b>
I.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	157.053	160.417	160.947
I.2 - Dívida Contratual da STN	-74.995	-75.676	-76.886
I.3 - Dívida Contratual de Fundos , Autarquias e Fundações	-45.131	-45.364	-46.100
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>69.268</b>	<b>70.400</b>	<b>71.080</b>
II.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	52.966	53.922	54.767
II.2 - Títulos Depositados em Garantia	-3.626	-3.448	-3.470
II.3 - Dívida Contratual	20.366	20.354	20.218
II.4 - Disponibilidades	-439	-428	-436
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL</b>	<b>106.196</b>	<b>109.777</b>	<b>109.041</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL / PIB</b>	<b>12,2%</b>	<b>12,6%</b>	<b>12,4%</b>

### II.1 - Dívida Interna

## II.1.1 - Dívida Mobiliária

Em fevereiro/98, o estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal em mercado foi de 18,3% do PIB, ou R\$ 160,4 bilhões. Tal montante corresponde a 68,1% da Dívida Mobiliária Total. O Banco Central manteve em carteira o correspondente a 31,9% da Dívida Mobiliária Total, equivalente a R\$ 75,2 bilhões.

Em março/98, o saldo da DPMF em poder do mercado manteve-se praticamente constante, em 18,4% do PIB, ou R\$ 160,9 bilhões (66,6% da DPMF total). Tal evolução esteve associada à compra de NTN-A em mercado pelo Banco Central, o que fez com que o saldo em carteira daquela instituição subisse para R\$ 80,9 bilhões (33,4% da DPMF total).

---

### TESOURO NACIONAL-DPMF SALDOS EM R\$ MILHÕES

---

	1998 JAN	1998 FEV	1998 MAR
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	232.011	235.579	241.804
<b>I.1 Dívida com Mercado</b>	157.053	160.417	160.947
I.1.01 LTN	66.448	69.770	76.108
I.1.02 LFT	15.293	15.619	15.962
I.1.03 LFT-A	769	780	793
I.1.04 LFT-B	12.774	12.911	13.045
I.1.05 NTN-A	5.996	6.056	1.386
I.1.06 NTN-D	21.927	22.220	22.174
I.1.07 NTN-H	5.419	4.308	2.123
I.1.08 Demais	28.428	28.753	29.355
<b>I.2 Dívida com BACEN</b>	74.957	75.163	80.857
I.2.01 LTN	24.124	23.929	24.233
I.2.02 NTN-D	591	118	120
I.2.03 LFT-A	45.476	46.306	46.922
I.2.04 Demais	4.766	4.810	9.582
<b>II Dívida MERCADO/PIB</b>	18,1%	18,3%	18,4%

---

Em fevereiro/98, o volume total de emissões foi de R\$ 32,4 bilhões (valor financeiro). Também foram pagos R\$ 30,6 bilhões relativos ao resgate do principal da dívida e R\$ 2,5 bilhões em encargos, havendo sido utilizados R\$ 678,0 milhões de recursos da disponibilidade de caixa para essa finalidade.

No mês de março/98, foram emitidos R\$ 25,6 bilhões em LTN e assumidos R\$ 258,4 milhões de LFT-E, correspondentes a dívida mobiliária do Tesouro do Estado de Sergipe. Esse valor não inclui a parcela de R\$ 47,0 milhões, cujo vencimento deu-se em 20.03.98, simultaneamente à assunção. Também foram pagos R\$ 22,4 bilhões de principal e R\$ 1,9 bilhões de encargos da dívida, perfazendo uma emissão líquida, no mês, de R\$ 1,4 bilhão.

As emissões financeiras em mercado realizadas semanalmente, pelo Tesouro Nacional, tiveram as seguintes características:

**TESOURO NACIONAL - EMISSÕES FINANCEIRAS NO MERCADO COMPETITIVO**

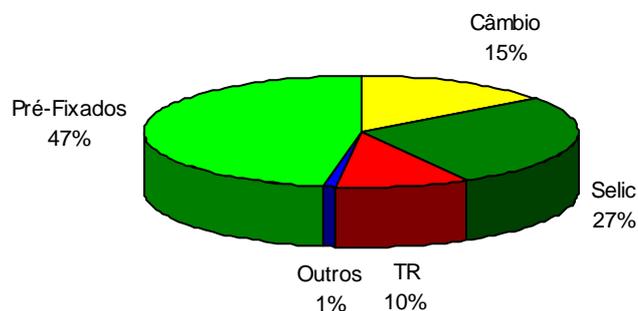
DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL	Valor (R\$ milhões)	
				Financeiro	Nominal
01/02/98	NTN-D	36 meses	15,53% + VC	1.190	1.500
	LTN	36 dc/ 26 du	33,93%	1.941	2.000
	LTN	92 dc/ 62 du	34,88%	4.645	5.000
04/02/98	LTN	141 dc/ 96 du	35,34%	1.337	1.500
	LTN	183 dc/ 123 du	35,63%	862	1.000
	LTN	99 dc/ 64 du	35,25%	2.779	3.000
11/02/98	LTN	106 dc/ 64 du	32,65%	3.258	3.500
	LTN	190 dc/ 123 du	32,37%	872	1.000
18/02/98	LTN	113 dc/ 64 du	31,06%	3.735	4.000
01/03/98	LTN	94 dc/ 63 du	29,46%	3.747	4.000
	LTN	178 dc/ 122 du	28,57%	1.768	2.000
04/03/98	LTN	98 dc/ 66 du	28,75%	2.806	3.000
	LTN	182 dc/ 125 du	27,78%	1.326	1.500
11/03/98	LTN	98 dc/ 65 du	25,89%	1.695	1.800
	LTN	182 dc/ 124 du	25,38%	1.608	1.800
	LTN	364 dc/ 248 du	25,49%	239	300
18/03/98	LTN	89 dc/ 65 du	24,90%	1.887	2.000
	LTN	182 dc/ 124 du	24,07%	898	1.000
	LTN	364 dc/ 248 du	24,43%	403	500
25/03/98	LTN	98 dc/ 65 du	23,87%	1.891	2.000
	LTN	182 dc/ 124 du	23,45%	900	1.000
	LTN	364 dc/ 248 du	23,81%	404	500
	NTN-D	3 anos	14,12%+VC	407	500

VC = Variação Cambial

TR = Taxa Referencial

A composição da DPMF em mercado, segundo a forma de remuneração, era a seguinte:

**COMPOSIÇÃO DA DPMF EM MERCADO POR INDEXADOR**

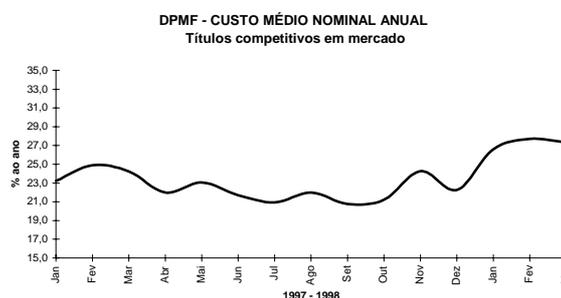


O custo médio nominal dos títulos competitivos em mercado cresceu, de 1,98%, em janeiro, para 2,13%, no mês de março/98, em função do aumento da participação dos títulos pré-fixados a partir de fevereiro. Em termos anualizados, o custo médio aumentou, de 26,6% em janeiro, para 27,71% e 27,34%, no meses de fevereiro e março, respectivamente.

Se somados os títulos emitidos em processo não competitivo de formação de taxas, o custo médio da dívida pública em mercado decresceu, atingindo 26,44% ao ano, no mês de março, contra 29,10% ao ano, no mês de janeiro. Isto se deve, basicamente, à redução de 0,47 ponto percentual no custo mensal dos títulos emitidos/assumidos nas renegociações das dívidas estaduais, acompanhando a taxa SELIC.

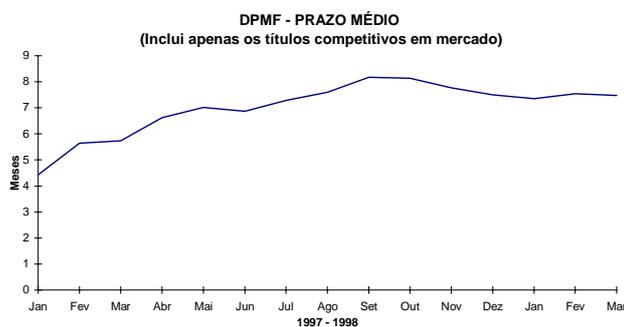
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EM MERCADO			
CUSTO MÉDIO ANUAL (%)			
PERÍODO		TOTAL	COMP(1)
1997	Jan	22,95	23,23
	Fev	24,37	24,89
	Mar	23,59	24,24
	Abr	21,56	21,99
	Mai	22,60	23,05
	Jun	21,41	21,70
	Jul	18,61	20,93
	Ago	21,56	21,99
	Set	20,08	20,75
	Out	20,16	21,20
	Nov	24,74	24,28
	Dez	22,40	22,26
1998	Jan	29,10	26,59
	Fev	26,92	27,71
	Mar	26,44	27,34

(1) custo no mercado competitivo de taxas.



O prazo médio dos títulos em mercado, emitidos sob processo competitivo de formação de taxas, passou de 7,36 meses, no mês de janeiro, para 7,54 e 7,47, nos meses de fevereiro e março, respectivamente, indicando uma retomada no sentido do seu alongamento.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL		
PRAZO MÉDIO NO MERCADO		
PERÍODO		EM MESES
1997	Jan	4,42
	Fev	5,64
	Mar	5,74
	Abr	6,63
	Mai	7,02
	Jun	6,87
	Jul	7,28
	Ago	7,60
	Set	8,18
	Out	8,13
	Nov	7,77
	Dez	7,50
1998	Jan	7,36
	Fev	7,54
	Mar	7,47



## II.1.2 - Dívida Contratual

Os haveres líquidos da Secretaria do Tesouro Nacional somaram R\$ 76,9 bilhões, no mês de março/98. Desde o mês de outubro/97, os principais componentes de sua evolução têm sido as emissões decorrentes da securitização da dívida agrícola e haveres junto aos estados, relativos ao refinanciamento de suas dívidas.

<b>DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA</b>	<b>1998</b>	<b>1998</b>	<b>1998</b>
<b>SALDOS EM R\$ MILHÕES</b>	<b>JAN</b>	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>
<b>TOTAL</b>	<b>-120.125</b>	<b>-121.040</b>	<b>-122.986</b>
<b>Total da STN</b>	<b>-74.995</b>	<b>-75.676</b>	<b>-76.886</b>
Dívida Bancária	38.152	38.514	38.595
Crédito Securitizado	16.946	17.057	17.095
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.616	3.662	3.667
Debêntures	1.035	1.044	1.047
LH-CEF	-808	-814	-825
OFND	-1.760	-1.776	-1.801
INSS	-6.154	-6.453	-6.595
Lei 7976/89	-8.797	-8.794	-8.846
Bônus Renegociação	-16.521	-16.784	-17.122
Lei 8.727/93	-39.044	-39.143	-39.494
Lei 9.496/97	-50.332	-50.802	-51.311
Outros Haveres	-11.328	-11.386	-11.294
<b>Total de Fundos, Autarquias e Fundações</b>	<b>-45.131</b>	<b>-45.364</b>	<b>-46.100</b>
Fat	-32.678	-32.639	-33.140
Demais Entidades	-12.452	-12.726	-12.960

O total de créditos securitizados inclui o saldo relativo à securitização da dívida agrícola (Lei 9.138/95) que passou, de R\$ 2,1 bilhões em dezembro/97, para R\$ 3,4 bilhões a partir de janeiro do corrente ano. Por outro lado, os haveres referentes à Lei 9.496/97, incorporados a partir de dezembro/97, incluem os refinanciamentos das dívidas de SP, BA, CE e SE.

## II.2 - Dívida Externa

Em março/97, o saldo da dívida mobiliária externa foi de R\$ 54,8 bilhões, composta, em 85,2%, por bônus de renegociação e, em 14,8%, por bônus de captação. A dívida contratual externa do Tesouro Nacional fechou o mês com um saldo de R\$ 20,2 bilhões.

Em fevereiro, foram emitidos, pela primeira vez, R\$ 616,0 milhões em *Euro Bond* na moeda ECU, com prazo de vencimento de 5 anos. Em março, foram emitidos o equivalente a R\$ 590 milhões em *Global Bond 2027*.

**DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**SALDOS EM R\$ MILHÕES**

	1998 JAN	1998 FEV	1998 MAR
<b>1.DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>52.966</b>	<b>53.922</b>	<b>54.767</b>
<b>1.1.BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>45.687</b>	<b>45.960</b>	<b>46.244</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	1.012	1.018	1.024
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.606	5.639	5.674
Par Bond (PB)	4.852	4.881	4.911
Discount Bond (DB)	6.078	6.114	6.152
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.953	1.964	1.976
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	8.211	8.260	8.311
Debt Conversion Bond (DCB)	9.540	9.597	9.656
New Money Bond (NMB)	2.516	2.531	2.547
Eligible Interest (EI)	5.919	5.955	5.992
<b>1.2.BÔNUS CAPTAÇÃO</b>	<b>7.279</b>	<b>7.963</b>	<b>8.523</b>
Global Bond 2027	3.371	3.391	3.981
Demais	3.908	4.572	4.542
<b>2.TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.626</b>	<b>-3.448</b>	<b>-3.470</b>
<b>3.DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>20.366</b>	<b>20.354</b>	<b>20.218</b>
<b>4. DISPONIBILIDADES DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-439</b>	<b>-428</b>	<b>-436</b>
<b>TOTAL</b>	<b>69.268</b>	<b>70.400</b>	<b>71.080</b>

Foram desembolsados, em fevereiro/98, R\$ 181,2 milhões em encargos financeiros da Dívida Externa Brasileira. Desse total, R\$ 23,8 milhões foram destinados a Organismos Multilaterais, R\$ 43,7 milhões a Bancos Privados/Agências Governamentais, R\$ 31,8 milhões ao Clube de Paris, R\$ 49,9 milhões para pagamento de Euromarcos<sup>1</sup> e R\$ 225 mil a título de despesas administrativas relativas a rolagem de parte da Dívida Mobiliária Externa, conforme quadro a seguir.

<b>TESOURO NACIONAL</b>	<b>Fevereiro/98</b>
<b>Encargos da Dívida Externa</b>	<b>R\$ mil</b>
<b>I Encargos Totais</b>	181.157
I.1. Organismos Multilaterais	23.837
I.2. Bancos Privados/Ag. Gov.	43.675
I.3. Clube de Paris	31.769
I.4. Dívida Mobiliária Externa	50.108
I.3.1. Euromarco	49.883
I.3.2. Despesas Administrativas	225

Em março/98, foram gastos R\$ 206,7 milhões com juros e outros encargos da dívida externa, sendo R\$ 43,4 milhões para Organismos

<sup>1</sup> Título de captação emitido no euromercado, de acordo com a Resolução nº 57/95, do Senado Federal.

Multilaterais, R\$ 11,2 milhões a Bancos Privados e Agências Governamentais, R\$ 56,9 milhões ao Clube de Paris e R\$ 38,2 milhões para a rolagem da dívida externa, com R\$ 30,9 milhões de Brazil Investment Bond (BIB)<sup>2</sup>, R\$ 7,3 milhões de Bônus Samurai 2001<sup>3</sup>, R\$ 4,7 milhões de Bônus ECU 2003<sup>4</sup> e R\$ 14,7 milhões de Bônus Global 2027<sup>5</sup>, além de R\$ 83 mil referentes a despesas administrativas.

<b>TESOURO NACIONAL</b>	<b>Mar/98</b>
<b>Encargos da Dívida Externa</b>	<b>R\$ mil</b>
<b>I Encargos Totais</b>	206.721
I.1. Organismos Multilaterais	43.425
I.2. Bancos Privados/Ag. Gov.	11.202
I.3. Clube de Paris	56.946
I.4. Dívida Mobiliária Externa	38.203
I.4.1. BIB	30.936
I.4.2. Bônus Samurai 2001	7.266
I.4.3. Bônus ECU 2003	4.734
I.4.4. Bônus Global 2027	14.490
I.4.5. Despesas Administrativas	83

<sup>2</sup> Títulos emitidos em decorrência do acordo de reestruturação firmado pelo Brasil em 22/09/88, constituindo-se em opção para credores que desejassem sair do “Risco Brasil”. Não possuem garantias de principal ou juros.

<sup>3</sup> Título de captação, emitido no mercado japonês de acordo com a Resolução nº 57/95, do Senado Federal.

<sup>4</sup> Título da captação, emitido no euromercado de acordo com a Resolução nº 51/97, do Senado Federal.

<sup>5</sup> Título de captação, emitido no contexto da operação de reestruturação dos *Brady Bonds* (“*Exchange Offer*”), de acordo com a Resolução nº 69/96, do Senado Federal.